

Foto: Informar/Murilo Costa Santos



Migração e voto: em busca de uma vida melhor

Judith Muszynski *

1. SOB O IMPÉRIO DA NECESSIDADE

A migração é, basicamente, um ato de busca e de coragem: o migrante é quase sempre movido pela esperança de que, transpostos o medo, a insegurança e os riscos do momento de passagem, as recompensas demonstrem que a aventura valeu a pena. Sair da cidade natal, do convívio com pessoas e situações conhecidas e familiares é um desafio que só uma forte motivação pode inspirar. E é por isso que

nem só os pobres migram. Nestes, é claro, as necessidades são mais prementes, a busca de uma realidade melhor é mais desesperada. Mas o desejo de vencer não é maior que o do jovem caipira de classe média que vem do interior almejando se igualar ao cosmopolita não somente em qualificação profissional e ilustração — já que as fontes importantes do saber estão nos grandes centros —, mas também no jeito de ser, descontraído, universal, não-provinciano. Não é de se estranhar que nas últimas décadas tenhamos vivido no Brasil uma verdadeira “revo-

lução” social, com a vinda maciça da população rural para as grandes cidades: são milhões de carências e sonhos distintos que buscam materializar-se no “novo mundo”. Numa realidade de profundas transformações econômicas, como a brasileira a partir dos anos 50, a universalização dos meios de comunicação contribuiu para exacerbar os desejos individuais de mudança. E ao tornar mais homogêneos e conhecidos os padrões do que seja uma vida civilizada e confortável, a sociedade promoveu também uma corrida aos símbolos desse modo de vida.

Do ponto de vista social, é evidente que um fenômeno dessa magnitude cria descompassos entre a necessidade e a disponibilidade de empregos, infra-estrutura e recursos de modo geral. Ao inflar rapidamente os centros urbanos, ocupando zonas periféricas e forçando algum tipo de redistribuição dos escassos recursos e serviços, os migrantes acabam gerando, direta ou indiretamente, novas demandas e reivindicações, e criam também um novo contexto para as relações políticas. Segundo alguns cientistas sociais, um elemento-chave para explicar a instabilidade política nos países subdesenvolvidos está exatamente no desajustamento entre expectativas e ganhos reais das populações pobres — e particularmente dos migrantes, que têm um custo maior no empreendimento da mudança. Na competição entre nativos e migrantes — em geral pobres, sem qualificação profissional e com baixíssima escolaridade —, estes têm sem dúvida chances menores. Para eles sobram, então, os encargos mais pesados do trabalho social: as profissões que exigem muito esforço físico, são mal remuneradas, e têm pouquíssimo prestígio. Se é verdade que qualquer trabalho é digno, é certo também que é bem mais gratificante ser digno com *status* e reconhecimento social. Esse dado é impingido pela cultura urbana a cada instante, e evidentemente não passa despercebido aos menos privilegiados.

Indicadores de qualidade de vida não deixam margem a dúvidas: uma proporção bastante ampla de migrantes vive em situação precária, e dispõe de poucos recursos para sair dessa condição. Pesquisas mostram que a grande maioria dos moradores de barracos de favela nas grandes cidades são os migrantes vindos de regiões pobres do Brasil. Apesar dessa condição desumana de sobrevivência, voltar para a terra natal não é a solução: essa decisão simbolizaria a derrota frente ao desafio da cidade grande — e, é claro, só é bom voltar vitorioso. Além disso, significaria também que o migrante teria de retornar à mesma situação calamito-

sa que o havia obrigado a partir. Esse é, portanto, um beco sem saída: ruim na cidade, pior fora dela. No relato de muitos desses migrantes fica expressa com clareza essa idéia. Como eles dizem, se é inegável que a vida na selva urbana é quase insuportável, é verdade também que é na cidade que eles podem “olhar” mais de perto as maravilhas de uma vida boa e confortável, e lutar para obtê-las. Além disso, na cidade podem ao menos desfrutar de algumas “migalhas” dos recursos públicos: como recorrer a um serviço médico que não existe no campo? Como mandar os filhos para a escola? Como arranjar um “bico” como camelô, se não há para quem vender os produtos?

Todos esses fatores mostram que é ilusão a idéia de fixar o homem no campo, como querem muitos planejadores, se isso significa querer mantê-lo vivendo sem recursos, assistindo pela TV aos prazeres do consumir e do bem viver. De real essas imagens têm pouco: na cidade, os migrantes, e depois seus filhos, defrontam-se não apenas com a miséria e a competição desenfreada, mas também com o preconceito. O sotaque nordestino já há muito tempo faz parte do dia-a-dia de uma cidade como São Paulo, mas nem por isso é bem assimilado pelos ouvidos paulistanos. Para boa parte deles, os migrantes são vistos como invasores que vieram roubar empregos, encher a periferia de barracos e as ruas de menores, aumentar a criminalidade. Como se tudo isso não bastasse, agora alguns desses migrantes começam a participar mais ativamente da vida política: deputados nordestinos são representantes dos paulistas no Congresso, uma prefeita nordestina governa a cidade de São Paulo, um nordestino é um dos candidatos paulistas à Presidência da República. Algo de novo no *front*?

2. AS CONTRADIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Embora o aparecimento de lideranças importantes entre os migrantes seja um bom sinal, num contexto mais amplo sabemos que o envolvi-

mento político é bastante diferenciado. Migrar de uma zona rural tradicional para um grande centro urbano é passar de um mundo para outro. No primeiro, os conflitos de interesse são muito mais escamoteados, e o “coronel”, figura dominante em muitos lugares, até bem pouco tempo era visto como um grande pai e protetor, e não como um manipulador do comportamento político dos trabalhadores. Na cidade, se os eleitores não estão completamente livres de manipulação, ao menos ela está sujeita às leis do mercado, e vence o coronel mais competente ou sedutor. Neste segundo caso, os valores ideológicos também se tornam mais competitivos e os conflitos aparecem com nitidez. Portanto, ao menos em tese, os migrantes têm de se ressocializar dentro dos novos padrões de comportamento político. Mas isso pode acontecer de fato ou não: muitos migrantes entendem rapidamente o código “moderno” e participam de igual para igual da vida política do centro receptor; outros podem simplesmente postar-se à margem do mundo político, ignorando-o; outros, finalmente, podem continuar repetindo o padrão aprendido — prosseguem na busca do pai, do protetor, de um “salvador da pátria.”

Esse modelo torna-se um círculo vicioso: premidos pela necessidade, muitos eleitores depositam suas esperanças nas promessas demagógicas de candidatos personalistas, que estão mais preocupados com o próprio ego que com compromissos com partidos e com o povo. Sem perceber melhorias nas condições de vida, os eleitores se desencantam seguidamente e tomam-se oposicionistas convictos: onde há governo, somos todos contra. Essa instabilidade, por sua vez, não permite que instituições e partidos democráticos possam sobreviver o tempo suficiente para se fortalecer e para aprender como agir em situação de governo. Nesse contexto, estão abertas as brechas para o sucesso de novos políticos personalistas — ou, o que é mais grave, para intervenções autoritárias.

O dilema básico da vida política

brasileira está exatamente nesse eixo. A sociedade vê a si própria como a vítima em sua relação com a elite no poder. Mas sentir-se vítima é achar-se inferior, impotente, sem poder para mudar as regras do jogo. Uma grande diferença dessa atitude em comparação a nações ditas desenvolvidas está nesse tipo de postura: os dirigentes são fruto de uma dada sociedade, nascem em seu seio. E podem ou não abusar do poder que lhes é conferido por cada indivíduo, dependendo dos controles e limites que esses indivíduos lhes impõem. Uma sociedade pode derubar a figura máxima de poder, o presidente, sem causar maiores transtornos à estabilidade política, se esta já for um dado básico de seu dia-a-dia. Em contraposição, esperar dádivas dos governantes, como se esperam dos deuses, é confundir alhos com bugalhos. Produzir suas próprias lideranças, para que estas entrem de igual para igual no jogo democrático, não é tarefa fácil, mas talvez seja o único caminho para que as populações marginalizadas — os migrantes, e os pobres de forma geral — ocupem o espaço que lhes cabe no cenário político e para que tentem vencer, de uma vez por todas, a imensa sucessão de frustrações que o país tem vivido nos últimos tempos.

3. MIGRAR, PARA ONDE?

É opinião unânime que as coisas estão difíceis. Essa situação não é de hoje, mas agravou-se de tal forma que gera desesperança generalizada. O golpe de 1964 já havia sido "justificado" por esse caos: para livrar o país da inflação galopante e da corrupção crescente, os militares assumiram o poder. De fato, conseguiram produzir um "milagre econômico" que levou a classe média ao auge. Aos menos privilegiados foi prometida uma vida melhor, evidentemente depois de que o país tivesse acumulado "o suficiente" para ser repartido. Numa situação assim, em que o país aparentemente vai de vento em popa, e quando algumas camadas da população de fato ascendem, a euforia é suficiente para

Foto: Informar/Marilo Costa Santos



acalentar a esperança de que em pouco tempo todos serão beneficiados. Enquanto isso não acontece, pode-se ao menos ter orgulho do país, de suas conquistas, de seus exímios futebolistas. Mas aos poucos as expectativas foram murchando: não apenas não haveria a repartição do "bolo", como também o país ingressaria numa crise em que mesmo a classe média teria dificuldades.

Sem perspectivas à vista, o eleito pobre das grandes cidades começou a votar sistematicamente contra o governo. A avalanche de votos oposicionistas era tão grande que o governo teve de mudar freqüentemente as regras eleitorais para conseguir manter a maioria no Congresso. O partido de oposição, o MDB, ganhou votos e prestígio popular, e passou a ser visto como a solução para tudo: derrotado o governo militar, a fonte de todos os males, o país renasceria das cinzas e todos seriam felizes para sempre. No entanto, o rápido desgaste dos governos estaduais oposicionistas eleitos em 1982 mostrou que o enredo não seria bem assim. A esperança transferiu-se então para o processo de transição do poder presidencial aos civis: a campanha das diretas mostrou uma face emocionante e emocionada da mobilização popular. Mesmo não tendo sido feita através do voto direto, a sociedade acompa-

nhou a transmissão da Presidência para mãos civis com toda a expectativa que havia acumulado até então. Exorcizado o fantasma do governo militar, o país viveria nova euforia cívica com a implementação do Plano Cruzado, mas também essa batalha nacional estaria rapidamente submetida ao descrédito público. Como entender esse destino de frustrações, de descrédito generalizado que tem caracterizado nossa vida política?

Hoje, talvez, sejamos todos migrantes: queremos sair do Brasil que temos, buscamos chegar ao Brasil que queremos. O problema é que a viagem está longa demais, e muitos se aventuram até a sair do país. Quando uma sociedade chega a esse ponto, é porque falta o que há de mais básico, como comida e casa para muitos, e alguma perspectiva de segurança econômica para muitos. Mas falta também a motivação, a vontade de sonhar, a energia para viver a vida com prazer. A eleição presidencial é a próxima parada nessa jornada nacional. Para muitos, ela é de novo a esperança de se constatar que a travessia valeu a pena. E é essa, também, a chance que partidos e candidatos têm de levar a sério a vida e os sentimentos de milhões de brasileiros.

(*) Pesquisadora do Idesp — Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo — e professora da Fundação Getúlio Vargas.

